

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Desastres de Origem Hidrológica: os Fenômenos, os Danos e as Causas .....</b>	<b>9</b>
1.1 Aproximação ao tema e abordagem conceitual: fenômenos hidrológicos como desastres .....	9
1.2 Os danos causados pelos fenômenos hidrológicos extremos e a necessidade de proteção da vida e do patrimônio .....	20
1.3 Desastres naturais ou consequências de ações antrópicas? .....	27
1.3.1 O fenômeno da urbanização e a consequente impermeabilização do solo .....	32
1.3.2 O abuso dos recursos naturais: mau uso do solo, desmatamento e poluição .....	37
1.3.3 A ocupação de áreas inundáveis.....	42
1.4 A influência das mudanças climáticas .....	46
<b>Capítulo II – Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos: Uma Aproximação Necessária.....</b>	<b>51</b>
2.1 O reconhecimento das vulnerabilidades físicas e sociais determinantes da produção de danos e a busca por uma justiça socioambiental .....	51
2.2 A evolução no plano internacional: a redução de riscos de desastres e suas relações com as mudanças climáticas, a proteção ambiental e os direitos humanos .....	59
2.3 Tratamento constitucional no Brasil.....	74

2.3.1 Os desastres no âmbito da Constituição Federal de 1988 .....	74
2.3.2 A repartição de competências entre os entes federados: competências legislativa e executiva.....	78

**Capítulo III – Ordenação do Território, Urbanismo e Meio Ambiente: a Legislação Setorial como Instrumento para o Enfrentamento do Problema das Inundações.....87**

3.1 Experiência espanhola em matéria de inundações .....	87
3.1.1 Política hidráulica espanhola: o enfrentamento dos fenômenos da escassez e do excesso de água e a inserção no cenário europeu.....	87
3.1.2 Normativa comunitária europeia para enfrentar o problema das inundações .....	91
3.1.3 Medidas adotadas no âmbito do direito interno espanhol ....	95
3.1.4 A legislação autonômica espanhola: o caso da comunidade valenciana.....	103
3.2 Ordenação territorial brasileira: déficit atual e propostas <i>de lege ferenda</i> .....	108
3.3 O enfrentamento do problema das inundações através da legislação setorial.....	114
3.3.1 Os mecanismos urbanísticos aplicados à tutela territorial .....	114
3.3.2 A proteção do meio ambiente como caminho .....	118
3.3.3 A nova contribuição da proteção e defesa civil .....	125

**Capítulo IV – Instrumentos de Controle do Risco de Inundação .....133**

4.1 Medidas estruturais intensivas .....	134
4.1.1 Retardo do escoamento.....	135
4.1.2 Aceleração do escoamento .....	136
4.1.3 Desvio do escoamento .....	138

4.2 Medidas estruturais extensivas.....	143
4.2.1 Cobertura vegetal ou infraestrutura verde .....	143
4.2.2 Sistemas urbanos de drenagem sustentável (SUDS).....	147
4.3 Medidas não estruturais.....	171
4.3.1 Combate ao desmatamento e proteção de ecossistemas .....	173
4.3.2 Planejamento urbano: mapeamento de áreas inundáveis, zoneamento e compatibilização dos planos diretores com o plano de bacia .....	177
4.3.3 Combate à ocupação de áreas de inundáveis.....	183
<b>Capítulo V – Gestão de Risco de Inundações com Foco na Prevenção de Danos.....</b>	<b>189</b>
5.1 O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a dignidade da pessoa humana ante o problema das inundações .....	189
5.2 Direito de propriedade e direito a uma moradia digna e adequada.....	194
5.3 Os princípios da prevenção e da precaução para a mitigação de danos.....	203
5.4 A proibição da proteção deficiente e a responsabilidade estatal por omissão.....	209
<b>Conclusão .....</b>	<b>219</b>
<b>Referências.....</b>	<b>227</b>
<b>Anexo Legislativo .....</b>	<b>261</b>
<b>Anexo Jurisprudencial .....</b>	<b>269</b>